

**HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS\***  
*Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas*

Historicamente, no Brasil, os governos tentam reduzir o déficit de moradias de duas maneiras: proporcionando financiamentos para os que têm condições de pagá-los e implementando programas assistenciais para as parcelas mais modestas, sem condições mínimas de assumir compromissos financeiros.

Ocorre que os recursos disponíveis para essas duas alternativas são limitados. E a faixa assistencial representa investimentos a fundo perdido, que apresentam resultados sociais apenas a longo prazo.

Como consequência dessa situação, que se prolonga há décadas, o País tem um colossal déficit de moradia, em todos os Estados.

Sem moradias com um mínimo de segurança, conforto e higiene, milhões de pessoas são discriminadas nas áreas rurais ou acumulam-se nas periferias das cidades, gerando desdobramentos negativos que agravam os problemas de saúde e segurança.

A questão é tão grave que em vastas áreas de grandes cidades brasileiras, ocupadas por favelas, a insegurança é tanta que as polícias só entram em comboios.

Para tentar quebrar esse ciclo vicioso, o presidente Lula lançou, há alguns dias, um pacote com incentivos à construção civil. As medidas estabelecem um conjunto de medidas, ampliando os recursos para empréstimos habitacionais e reduzindo ou eliminando tributos para material de construção.

Em cifras são R\$ 18,7 bilhões de origem pública e privada beneficiarão a classe média nas suas diversas faixas.

Alguns dos itens mais importantes das providências anunciadas pelo Presidente da República referem-se ao acréscimo de R\$ 550 milhões na verba prevista para o Fundo Nacional de Habitação e à redução de tributos para 41 artigos habitualmente utilizados na construção civil. O dinheiro vem do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

A expectativa do Governo Federal é que as eliminações e (ou) reduções tributárias sejam consideradas pelo comércio, beneficiando realmente o consumidor.

Entendimento entre bancos e empresários, sancionado pelo Conselho Monetário Nacional, CMN, remete R\$ 6,7 bilhões do dinheiro captado da poupança para financiamentos à classe média, destinados à casa própria.

Embora interpretado por setores oposicionistas como iniciativa com objetivos eleitorais, o conjunto de medidas para a construção é uma iniciativa oportuna, que deverá apresentar resultados positivos, ajudando a reduzir a gravidade dos problemas habitacionais.

Moradia é uma prioridade de cada cidadão e um dever do estado de possibilitar a concretização de um sonho, a fim de que se possa viver como mínimo de dignidade .

Humberto Martins.